



**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO
ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO**
EDITAL Nº 295/2016-UFPA, DE 26 DE AGOSTO DE 2016

FILOSOFIA

20 de novembro de 2016

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 20 QUESTÕES OBJETIVAS. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 9 horas e término às 13 horas, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 20.

FILOSOFIA

- 1.** De acordo com Adorno e Horkheimer, no registro da indústria cultural, “A arte, sem sonho, para o povo realiza aquele idealismo sonhador que parecia exagerado ao idealismo crítico. Tudo advém da consciência: em Malebranche e em Berkeley era a consciência de Deus; na arte de massa, a da direção terrena da produção”.
(ADORNO, T & HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas [p.159-204]. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.163).
- E isto ocorre, segundo esses autores, porque
- (A) a arte de massa, dominada pela racionalidade técnica, assume um caráter socialmente controlador e repressivo, estratificando e organizando os consumidores, com a finalidade de padroniza-los, segundo classificações elaboradas previamente pelos produtores culturais, as quais passam a moldar a mente e o comportamento daqueles.
- (B) a arte de massa, eliminando o caráter onírico da arte tradicional, assume um explícito papel social, combatendo criticamente tanto a ideia de uma pureza da consciência quanto a de uma pureza da atividade artística, salientando que esta última deve ser compreendida como uma atividade mercantil, cuja necessidade social é confirmada pelos seus rendimentos financeiros.
- (C) a arte de massa, sobrepondo-se à racionalidade técnica, elimina as características que distinguem a lógica da obra de arte da lógica do sistema social, e promove, a partir das categorias estéticas da singularidade e unicidade, uma estetização do poder total do capital, cuja principal consequência é a valorização mercadológica da liberdade de consumo.
- (D) a arte de massa salienta a mediação entre público e produtores culturais, uma vez que esse tipo de atividade artística se desenvolve, fundamentalmente, em função das demandas espontâneas dos consumidores, cuja pluralidade e especificidade fazem com que a indústria cultural se constitua de maneira igualmente plural e diversificada, adaptando-se ao público.
- (E) a arte de massa, cuja produção é posta sob o domínio da racionalidade técnica, faz parte de uma cultura fundamentalmente sistemática, em que os diversos setores estão harmonizados consigo mesmos e com seus congêneres, promovendo uma assimilação total dos elementos que a constituem, sustentada pelo esqueleto da verdadeira identidade entre o universal e o particular.
- 2.** Segundo Adorno e Horkheimer, “A violência da sociedade industrial opera nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem estar certos de serem jovialmente consumidos, mesmo em estado de distração. Mas cada um deles é um modelo do gigantesco mecanismo econômico que desde o início mantém tudo sob pressão tanto no trabalho, quanto no lazer que lhe é semelhante”.
(ADORNO, T & HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas [p.159-204]. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da cultura de massa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.165).
- Dentre os principais sintomas dessa violência, está(ão), segundo esses autores:
- (A) o estabelecimento de um avassalador caos cultural, marcado pela ausência de identidade e sistematicidade da cultura contemporânea, que sem as bases culturais tradicionais carece de algo que lhe dê unidade e que harmonize os diversos elementos que a constituem.
- (B) uma decisiva abertura para a liberdade espiritual e para a arte de vanguarda, uma vez que o liberalismo, que anima o modo de produção capitalista, impulsiona a cultura de massa sempre em direção ao novo e ao que é diversificado, a fim de atender as demandas do mercado.
- (C) a padronização e produção em série dos bens culturais, as quais, se por um lado, fazem com que a singularidade e unicidade originárias da obra de arte sejam empobrecidas, por outro, promovem a democratização da sociedade através da difusão dos bens culturais.
- (D) a atrofia da imaginação e da espontaneidade do público consumidor, em função da própria constituição objetiva dos bens culturais, os quais acabam por vetar a atividade mental do espectador, ainda que exijam, daquele, rapidez de percepção e capacidade de observação.
- (E) a qualificação mental do público consumidor, uma vez que a compreensão do sentido dos bens culturais, expresso pela rapidez da linguagem da indústria cultural, exige o desenvolvimento da percepção e da capacidade de observação dos espectadores.



3. Para Schopenhauer, “[...] o modo de conhecimento estético, ou o conhecimento que não pode ser comunicado mediante doutrinas e conceitos, mas apenas por obras de arte, e não pode ser concebido *in abstracto*, mas apenas intuitivamente, é o conhecimento mais profundo e verdadeiro da essência propriamente dita do mundo [...]”.

(SCHOPENHAUER, A. *Metafísica do belo*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.26).

Nesse sentido, a partir do exposto acima, esse filósofo considera que a arte

- (A) inviabiliza o conhecimento conceitual e doutrinal da realidade em sua essência, impedindo, portanto, qualquer tipo de contato nosso com o mundo em si mesmo, pois este contato só se daria pela via conceitual.
- (B) está intimamente relacionada com a essência propriamente dita do mundo, pois ela é a única forma que temos de comunicar o conhecimento, mais profundo e verdadeiro, da realidade em si mesma.
- (C) é a única forma que encontramos para nos relacionarmos com a realidade em si mesma, uma vez que as obras de arte são os únicos artifícios de que dispomos para poder expressar nosso conhecimento da essência propriamente dita do mundo.
- (D) possibilita ao saber racional alcançar a intuição intelectual da realidade em si mesma, transformando essa intuição, posteriormente, em um saber conceitual e doutrinal, que possa ser difundido entre os estudiosos da filosofia.
- (E) aniquila a função do conhecimento conceitual e doutrinal, desqualifica o esforço de compreensão abstrata do mundo, na medida em que as obras de arte nos revelam que é impossível um conhecimento da realidade em si mesma, da essência do mundo.

4. Segundo Schopenhauer, “Com um nome universalmente compreensível, metafísica do belo significa, propriamente dizendo, a doutrina da representação na medida em que esta não segue o princípio de razão, é independente dele, ou seja, a doutrina da apreensão das *Ideias*, que são justamente o objeto da arte”.

(SCHOPENHAUER, A. *Metafísica do belo*. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p.23).

Nesse sentido, segundo Schopenhauer, a arte

- (A) ultrapassando as barreiras do entendimento, faz com que a racionalidade se represente imediatamente a si mesma sob a forma de Ideias.
- (B) partindo da apreensão das Ideias, lida com a representação que não é determinada pelo princípio de razão, tendo como objeto, portanto, o belo.
- (C) promove uma representação racional da apreensão estética, uma vez que refere esta apreensão ao conhecimento eidético.
- (D) permite um contato imediato com a realidade em si mesma, uma vez que representa os aparecimentos fenomênicos sob a forma das Ideias.
- (E) constitui-se como uma atividade científica, uma vez que é capaz de representar as Ideias, as quais dão fundamento aos objetos de estudo das ciências particulares.

5. “Pelas precedentes considerações se manifesta que não é o ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem em verso ou prosa [...] diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular”.

(ARISTÓTELES. *Poética*. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.209).

Considerando que o que Aristóteles diz acima, sobre a poesia, seve para as artes em geral, podemos inferir, do excerto supracitado, que a representação artística

- (A) possui um caráter filosófico, enquanto a representação histórica possui um caráter científico, pois, ao falar sobre o que aconteceu, a história pode ser confirmada ou refutada a partir dos testemunhos e da experiência.
- (B) confunde-se com a atividade filosófica, pois, ao tomar a verossimilhança e a necessidade como critérios de representação, a arte alcança os seres em si mesmos, a substância primeira, de que tudo se predica e a qual de nada pode ser predicado.
- (C) ao lidar com o universal, abandona completamente o particular, de modo que a verdadeira arte é puramente conceitual, organizada a partir da estrutura argumentativa, em que os raciocínios se concatenam para a formação da trama.
- (D) partindo da verossimilhança e da necessidade, refere-se, fundamentalmente, ao possível, uma vez que representa aquilo que é semelhante à verdade, e ao que é universal, pois atendo-se ao que é invariável (necessário), representa o que há de constante em relação aos particulares.
- (E) é sempre verdadeira, pois, referindo-se apenas ao que poderia ter acontecido, mas que necessariamente não precisa acontecer, ela não pode ser refutada por nenhum relato ou experiência, de modo que a arte é a própria representação da verdade.



6. “O princípio da felicidade pode certamente fornecer máximas, mas nunca aquelas que seriam aptas a leis da vontade, mesmo se tomamos como objeto a felicidade *universal*. Pois, visto que o conhecimento dessas **máximas** repousa unicamente em dados da experiência e que cada juízo sobre isso depende muito da opinião própria de cada um, sendo essa opinião, além disso, ela mesma muito variável, **o princípio da felicidade** pode muito bem fornecer regras *gerais*, mas nunca regras *universais*, isto é, **regras** que, em média, são mais frequentemente certas, mas não aquelas que têm de ser válidas sempre e necessariamente e, portanto, sobre elas não podem ser fundadas *leis práticas*”.

(KANT, I. *Crítica da razão prática*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2016, p.58). De acordo com o que nos propõe Kant, no trecho acima, podemos inferir que:

- (A) como é impossível que as máximas encontrem fundamento em regras práticas válidas sempre e necessariamente, pois são deduzidas unicamente do princípio da felicidade, as leis da vontade em nada se relacionam com as máximas.
- (B) é preciso distinguir entre a moral da felicidade e a da vontade, pois a primeira, tendo como fundamento máximas retiradas da experiência está quase sempre certa, enquanto a segunda, trabalha com regras cuja validade é sempre e necessária.
- (C) deve-se tomar como máximas verdadeiramente morais aquelas que sofrem menos com a variação de juízos entre os indivíduos e do indivíduo consigo mesmo, de modo a se dar uma segurança empírica aos princípios do comportamento ético.
- (D) como a regras práticas, por sua validade perene e necessária, são princípios puramente universais, elas não se relacionam com o comportamento moral efetivo, o qual deve ser orientado pelo princípio da felicidade, em função de seu caráter empírico.
- (E) as máximas aptas a leis da vontade são aquelas cujo conhecimento repousa sobre princípios válidos sempre e necessariamente (universais), sendo, portanto, independentes dos dados da experiência, o que faz com que estas máximas constituam legítimas leis práticas.

7. No contexto da psicologia tripartite da *República*, ao associar a vida feliz com a obtenção dos prazeres verdadeiros (IX, 586e-587a), Platão nos diz, por meio de Sócrates, que “Quando a alma toda segue a parte filosófica e não se rebela, cada parte da alma realiza sobretudo o que lhe cabe e é justo e, o que é mais importante, colhe para si os prazeres próprios a cada uma, não só os melhores, mas também, dentro do possível, os mais verdadeiros”.

(PLATÃO. *República*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.371).

A partir das proposições acima, podemos concluir que, para Platão a vida feliz

- (A) se restringe à prática da filosofia, em detrimento de todas as atividades que envolvem a consecução de honras ou a satisfação de nossos apetites, uma vez que a justiça, como condição da felicidade, confunde-se com um ideal de vida ascético.
- (B) é conquistada por meio da subordinação da atividade filosófica à satisfação de nosso desejo por reconhecimento público e pela satisfação de nossos desejos apetitivos, uma vez que apenas a satisfação desses desejos é que gera os prazeres verdadeiros.
- (C) é alcançada a partir do comando filosófico da alma, o qual permite com que cada uma de suas partes obtenha os prazeres que lhes são respectivos e, portanto, os melhores e, na medida do possível, os mais verdadeiros, tornando-a justa e, por conseguinte, feliz.
- (D) é alcançada quando, sob o domínio da parte filosófica da alma, as demais partes passam a se satisfazer com o prazer que é próprio ao que em nós deseja o conhecimento e busca a sabedoria, de modo que todos os desejos se confundem com a busca pelo real saber.
- (E) é uma vida de prazeres puramente intelectuais, concentrados sob o ideal de contemplação imediata das formas, dos seres em si mesmos, culminância do processo de ascensão dialética, pensado por Platão como o verdadeiro método do conhecimento.



8. “Ninguém pode na sociedade civil isentar-se das leis que a regem; portanto, se qualquer pessoa puder agir conforme achar conveniente, não havendo na Terra qualquer apelo a favor de reparação ou segurança contra qualquer dano que venha a causar, pergunto se não se encontra ainda perfeitamente no estado de natureza, não podendo assim ser membro ou parte de sociedade civil; a menos que venha alguém dizer que o estado de natureza e a sociedade civil importam no mesmo, o que ainda não encontrei qualquer patrono tão grande da anarquia que o afirme”.

(LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 70)

Considerando que Locke baseia sua concepção de sociedade civil na idéia de que a propriedade privada é um direito natural a todos os homens, podemos afirmar que, para Locke,

- (A) a propriedade privada é uma instituição humana natural.
- (B) enquanto vive em estado de natureza o homem não está submetido a nenhuma espécie de lei a não ser aquela que ele mesmo se dá como ser racional.
- (C) dadas as diferenças entre estado de natureza e sociedade civil, esta última produz uma modificação radical do direito natural básico do indivíduo
- (D) sendo o indivíduo a base da sociedade civil, o pacto social é um sistema jurídico que o defende e lhe dá segurança sem que ele perca nenhum dos seus direitos naturais.
- (E) os únicos indivíduos que podem furtar-se às leis seriam aqueles que escolhessem viver em estado de natureza.

9. “Para descobrir as melhores regras da sociedade que convenham as nações, precisar-se-ia de uma inteligência superior, que visse todas as paixões dos homens e não participasse de nenhuma delas, que não tivesse nenhuma relação com a nossa natureza e a conhecesse a fundo; cuja felicidade fosse independente de nós e, contudo, quisesse dedicar-se a nós, que finalmente, almejando uma glória distante, pudesse trabalhar nem século e fruí-la em outro. Seriam precisos deuses para dar leis aos homens.

(ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. Abril Cultural, 1983, p. 56)

Considerando o modo como Rousseau caracteriza o Legislador em *Do contrato social*, podemos concluir que:

- I. sua concepção de Legislador é indissociável de sua famosa teoria acerca da religião civil e de sua formação religiosa.
- II. que a base segura para uma autentica legislação política é uma antropologia metafísica.
- III. que essa vontade inteligente superior jamais pode ser motivada pelo desejo de felicidade.
- IV. que é importante, para o Legislador, negar, nos homens, suas paixões.
- V. que a ideia de Legislador em Rousseau não tem nenhuma base empírica ou histórica determinada.

Estão corretas somente as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e V.
- (D) I e V.
- (E) II e III.

10. “Se alguém afirmasse que as coisas nobres e agradáveis têm um poder compulsório porque nos constroem de fora, para ele todos os atos seriam compulsórios e forçados, pois tudo o que fazemos tem essa motivação. E os que agem forçados e contra a sua vontade agem com dor, mas os que praticam atos por sua satisfação própria ou pelo que aqueles têm de nobre fazem-no com prazer. É absurdo responsabilizar as circunstâncias exteriores e não a si mesmo, julgando-se facilmente arrastado por tais atrativos, e declarar-se responsável pelos atos nobre enquanto se lança a culpa dos atos vis sobre os objetos agradáveis”.

(ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 82)

De acordo com a explanação de Aristóteles, podemos concluir que, para ele:

- (A) Não existe ato da vontade que não tenha como causa alguma satisfação.
- (B) Nós mesmos somos responsáveis pelos atos compulsórios
- (C) Quaisquer que sejam nossos atos, se eles têm uma motivação, nós também temos responsabilidade.
- (D) Na medida em que o princípio para a determinação da ação responsável pode ser tanto exterior quanto interior ao agente, devemos tomá-lo como, em si mesmo como indeterminado
- (E) Apenas os atos nobres são responsáveis, portanto, não compulsórios nem forçados.



- 11.** “Diz-se que um *Estado* foi *instituído* quando uma *multidão* de homens concordam e *pactuam*, cada um com cada um dos outros, que a qualquer *homem* ou *assembléia de homens* a que seja atribuída pela maioria o *direito de representar* a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu *representante*), todos sem exceção, tanto os que *votaram a favor dele* como os que *votaram contra ele*, deverão *autorizar* todos os atos e decisões desse homem ou assembléia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens”.

(HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 107)

De acordo com essa passagem do *Leviatã*, podemos dizer que, para Hobbes:

- I. A instituição do Estado é um ato de renúncia à individualidade.
- II. A existência do Estado é inseparável da idéia, abstrata, de representação
- III. O contrato que cria o Estado funda a autoridade responsável pela legislação
- IV. No ato de instituição do Estado não há diferença entre a maioria dos votantes e o todo deles.
- V. O ato legislativo dos representantes é sempre e necessariamente a expressão da vontade do representado.

Estão corretas as afirmativas

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e V.
- (D) I e III, somente.
- (E) I e V, somente.

- 12.** “... todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal. É digno de nota que, por pouco que os homens sejam capazes de existir isoladamente, sintam, não obstante, como um pesado fardo os sacrifícios que a civilização deles espera, a fim de tornar possível a vida comunitária. A civilização, portanto, tem de ser defendida contra o indivíduo, e seus regulamentos, instituições e ordens dirigem-se a essa tarefa”.

(FREUD, G. *O Futuro de uma ilusão*. São Paulo: Abril Cultura, 1978, p.88)

Com base nesse comentário de Freud sobre a relação entre indivíduo e comunidade, podemos afirmar que:

- I. Assim como em Rousseau, Freud entende a passagem do homem para o estágio civilizatório como a causa dos nossos conflitos sociais.
- II. Assim como Aristóteles, Freud reconhece o valor superior do Estado frente ao indivíduo.
- III. Freud, nos seus termos, nos fala aqui da mesma insociável sociabilidade do homem, já enunciada por Kant
- IV. A civilização é um processo de desnaturalização do homem.
- V. O indivíduo, para Freud, apesar de suas resistências, é a base para a civilização.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) IV e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e V.



- 13.** “Tudo na natureza age segundo leis. Só um ser racional tem a capacidade de agir segundo a representação da lei, isto é, segundo princípios, ou: só ele tem uma vontade. Como para derivar as ações das leis é necessária a razão, a vontade não é outra coisa senão a razão prática. Se a razão determina infalivelmente a vontade, as ações de um tal ser, que são conhecidas como objetivamente necessárias, são também subjetivamente necessárias, isto é, a vontade é a faculdade de escolher *só aquilo* que a razão, independente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer, como bom”.

(KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, p. 47)

De acordo com esta passagem, é correto afirmar que segundo Kant: “razão e vontade”.

- I. A razão é uma estrutura lógico-transcendental dedutiva sem a qual não agimos com vontade.
- II. As ações dos homens, enquanto seres finitos vivendo no mundo, são invariavelmente orientadas tão somente pela vontade.
- III. Só podemos falar de leis onde houver ordem na natureza
- IV. A vontade é uma forma de determinação da ação segundo leis para além dos domínios da natureza.
- V. A obediência da vontade à razão é absoluta

Estão corretas as afirmativas

- (A) IV e V, somente.
- (B) I, II e V.
- (C) III e IV.
- (D) II e V, somente.
- (E) I, IV e V.

- 14.** “O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. A fim de não fazer um julgamento errado dessas compensações, impõe-se distinguir entre a liberdade natural, que só conhece limites nas forças do indivíduo, e a liberdade civil, que se limita pela vontade geral, e, mais, distingue a posse, que não é senão o efeito da força ou o direito do primeiro ocupante da propriedade, que só pode fundar-se num título positivo”.

(ROUSSEAU, J.-J. *Do contrato social*. Abril Cultural, 1983, p. 36-37)

De acordo com o texto acima, podemos dizer que a liberdade, para Rousseau:

- I. É um conceito moral válido em qualquer situação em que concebamos a existência do homem.
- II. Se prestarmos bem atenção, só a liberdade natural, como tudo que, para ele, está associado à idéia de natureza, tem um sentido próprio, afinal é sob ela que sua vontade não tem limites.
- III. Só é autêntica sob as condições civis, uma vez que a lei que domina a natureza é baseada na força individual.
- IV. Enquanto exercício natural da vontade, faz transparecer a voz de uma obrigação que lhe ordena a fruição das vantagens da natureza.
- V. No estado civil, e sob a condição de uma lei geral que o constrange, é a sua verdadeira aquisição moral.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e IV.
- (B) III e IV, somente.
- (C) III, IV e V.
- (D) III e V, somente.
- (E) I, II e V.



- 15.** O que distingue a atitude científica da atitude costumeira ou senso comum, encontra-se no fato de que a ciência desconfia da veracidade de nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. Por isso, onde vemos coisas, fatos e acontecimentos, a atitude científica vê problemas e obstáculos, aparências que precisam ser explicadas, e em certos casos, afastados”.

(CHAUÍ, Marilena, Convite à filosofia. São Paulo: Atlas, 2005).

A citação acima, nos leva a compreender como o conhecimento científico se opõe ao senso comum, oposição essa que pode ser compreendida nas seguintes características, **exceto**:

- (A) o conhecimento é objetivo, na medida em que procura as estruturas universais e necessárias das coisas investigadas;
- (B) o conhecimento científico é qualitativo, na medida em que não se detém na busca de medidas, padrões, critérios de comparação e avaliação para coisas que parecem diferentes;
- (C) o conhecimento científico é homogêneo, buscando leis gerais de funcionamento dos fenômenos, que são as mesmas para fatos que nos parecem diferentes;
- (D) o conhecimento científico é generalizador, na medida em que reúne individualidades sob as mesmas leis, os mesmos padrões ou critérios de medida, mostrando que possuem a mesma estrutura, embora sejam sensorialmente percebidos como diferentes;
- (E) o conhecimento científico é diferenciador, pois não reúne nem generaliza por semelhanças aparentes, mas distingue entre os que parecem iguais, desde que obedeçam a estruturas diferentes.

- 16.** Karl Popper (1902-1994), um dos mais importantes teóricos do conhecimento científico, desenvolve o critério de falseabilidade para diferenciar as teorias científicas dos discursos não-científicos. De acordo com tal critério, pode-se afirmar que:

- I. Um conceito científico deve ser refutado ou falseável, ou seja, deve ser impossível admitir uma situação prática, como resultado de uma experiência, em que ele possa ser desmentido.
- II. Um conceito científico deve ser refutável ou falseável, ou seja, deve ser possível admitir uma situação prática, como resultado de uma experiência, em que ele possa ser desmentido.
- III. Para Popper, uma teoria científica deve encontrar-se vinculada a impossibilidade de sua contradição.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, somente.
- (B) II, somente
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I, II e III.

- 17.** Thomas S. Kuhn (1922-1996) apresenta uma nova perspectiva para a filosofia da ciência, tornando-se um autor consagrado, sobretudo, por ter desenvolvido dois conceitos importantes em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, a saber, o conceito da ciência normal e o conceito de paradigma. De acordo com esse autor, a ciência normal

- I. tem por objetivo tentar solucionar os problemas científicos com os pressupostos conceituais, metodológicos e instrumentais que são compartilhados pela comunidade científica e que constituem o paradigma.
- II. objetiva contribuir para os problemas científicos com pressupostos conceituais, metodológicos e instrumentais que apesar de não serem compartilhados pela comunidade científica, passarão a constituir o paradigma.
- III. objetiva estabelecer os princípios conceituais, metodológicos e instrumentais a partir dos quais se produzem condições necessárias para a alteração e mudança do paradigma.
- IV. é a ciência que apresenta determinadas dificuldades, as quais não podem ser resolvidas pela comunidade científica, necessitando de uma nova matriz disciplinar ou paradigma.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.



- 18.** De maneira geral, a concepção de Karl Popper defende a substituição do método indutivo pelo método hipotético-dedutivo, no sentido de que se possa distinguir com clareza a ciência da pseudociência. A partir desse ponto de vista é correto afirmar que:
- o problema que Popper procura resolver ao propor um critério de falseabilidade era traçar uma linha divisória das ciências empíricas, de um lado, e os argumentos não científicos, de outro.
 - a questão do princípio da indução não constitui um problema na demarcação do grau de cientificidade de uma teoria, uma vez que Popper admite que existe uma tendência inata ao ser humano em achar regularidades.
 - Popper propõe uma inversão na forma como costumamos entender a ciência: ela não caminha como cremos, da teoria à observação, mas sim da observação à teoria.
 - o critério de falseabilidade nada tem a ver com o princípio da indução no método empregado pelas ciências.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, somente.
(B) II, somente.
(C) III, somente.
(D) IV, somente.
(E) I e II, somente.

- 19.** Gaston Bachelard desenvolve uma concepção segundo a qual em um certo momento as teorias, métodos e tecnologias disponíveis se tornam insuficientes para a explicação e a busca de resultados, ocorrendo o que esse autor denomina de “obstáculo epistemológico”. Conforme Bachelard, para a superação desse obstáculo se torna necessário

- a tentativa da comunidade científica continuar envidando esforços para uma melhor explicitação dos fenômenos a partir da teoria utilizada.
- a renúncia à teoria existente e aos métodos e tecnologias existentes.
- aprofundar o estudo sobre a teoria existente, no sentido de que a mesma possa produzir melhores efeitos.
- buscar uma nova teoria capaz de explicar de forma adequada os fenômenos, sem que a mesma, de forma imprescindível apresente descontinuidade com a teoria anterior.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, somente.
(B) II, somente.
(C) III, somente.
(D) IV, somente.
(E) II e III.

- 20.** O homem como objeto de investigação científica é algo muito recente, ideia essa que teve sua origem no final do século XIX e início do século XX, tendo suscitado uma série de questionamentos quanto ao caráter de “cientificidade” em função do grau de complexidade que envolve um estudo sobre a natureza humana. Em relação a essa questão, é possível compreender a constituição das ciências humanas como ciências específicas levando-se em conta a contribuição de três correntes de pensamento, que, entre os anos 20 e 50 do século XX acarretaram uma ruptura epistemológica e uma revolução científica no campo das humanidades. Essas correntes foram a fenomenologia, o estruturalismo e o marxismo. Em relação a essa última corrente, podemos afirmar que sua contribuição se prende ao fato de ter

- (A) permitido que as ciências humanas criassem métodos específicos para o estudo de seus objetos, livrando-as das explicações mecânicas de causa e efeito sem que por isso tivessem de abandonar a ideia de lei científica.
- (B) permitido a diferenciação entre a esfera ou região da essência “natureza” e a esfera da região ou essência “homem”, permitindo que esta última fosse internamente diferenciada em essências diversas.
- (C) permitido compreender que os fatos humanos são instituições sociais e históricas produzidas pelo espírito.
- (D) nos levado a compreender que os fatos humanos mais primários são as relações dos homens com a natureza na luta pela sobrevivência e que tais relações são as de trabalho, dando origem às primeiras instituições sociais.
- (E) possibilitado a compreensão de que a história apresenta uma dialética, e que as mudanças históricas resultam de ações súbitas de indivíduos ou grupos de indivíduos e não de lentos processos sociais, econômicos e políticos.